

PROCESSO Nº. 018/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2018.
EDITAL Nº. 009/2018.

A Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373 – 4500, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo, mediante a Presidente da Comul e Pregoeira, designada pelo Decreto nº. 1.740/2017 de 02 de janeiro de 2017 e Decreto nº. 1843/2018 de 02 de janeiro de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando “**PREGÃO PRESENCIAL**” do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, conforme especificado no Anexo I deste Edital – Termo de Referência, em conformidade com as disposições da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº. 3.555/2000, Decreto Municipal nº. 803/2007 e, subsidiariamente a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº. 8.538/2015 e suas posteriores alterações, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1 - PREÂMBULO

1.1. A sessão pública será realizada na Prefeitura Municipal de Tarumã, Sítio a Rua Aroeira, nº 482 – Vila das Árvores, no **dia 09 de março de 2018, com início às 09h00**, horário de Brasília – DF, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe.

1.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.3. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.4. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

1.5. A formalização de consultas, observados os prazos legais, poderão ser efetivadas através de documento devidamente entregue junto ao setor de protocolo da municipalidade, dirigido ao Pregoeiro, informando o número do processo e número do pregão. Não serão aceitas consultas ou reclamações efetivadas através de ligação telefônica ou consulta oral.

2 - OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades de telefonia fixa (STFC), móvel pessoal (SMP), acesso dedicado a internet e acesso a internet móvel (modem)**, de acordo com as especificações e quantitativos contidos neste Anexo I e demais documentos do Edital.

3 – DAS MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1. - Para obter os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá requerer por expresso, nos termos do disposto no artigo 72 da referida Lei Complementar Nº. 123/06, bem como apresentar **CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL** ou pelo **Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso.

3.2. - Para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei

n.º 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

3.3. Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadrar nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do §4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da Lei n.º 8.666/93.

3.4. No presente certame licitatório será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.4.1. Entende-se por empate, na modalidade pregão, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

3.5. Para efeito do disposto nos itens 3.4. e 3.4.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.5.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

3.5.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 3.5.1., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 3.4.1., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.5.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 3.4.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.5.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens 3.4. e 3.4.1., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.5.5. O disposto neste item 3.5. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.5.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4 – PARTICIPAÇÃO

4.1. As empresas interessadas em participar do presente certame, deverão retirar o Edital Completo e seus anexos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Tarumã ou solicitá-lo através do e-mail (licitacao@taruma.sp.gov.br).

4.2. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

4.3. A participação no Pregão se dará através de representante legal presente à Sessão, devidamente credenciado, que portar os envelopes Proposta e Habilitação, a quem caberá a responsabilidade em ofertar lances exclusivamente verbais, observadas data e horário pré-estabelecidos, sendo todos os atos consignados em ata própria.

4.4. Fica vedada a participação de empresas que se enquadrem nos termos do art. 9º, da lei 8.666/93.

4.5. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

4.6. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4.7. Não será permitida aos representantes a comunicação via telefone fixo ou celular durante a sessão para efetuar os lances ou negociação, exceto nos casos em que haja expressa autorização do pregoeiro oficial.

4.8. Os licitantes deverão **entregar em separado**, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, e que somente entregarão envelopes contendo a indicação do objeto e do preço ofertado (Anexo III).

5 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1. Para participar do pregão presencial, o licitante deverá se credenciar na data e horário designados no presente Edital.

5.2. O credenciamento dar-se-á através da apresentação dos seguintes documentos:

5.2.1. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou ocupar cargo assemelhado na empresa proponente, deverá apresentar **cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social devidamente autenticado ou acompanhado do original**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, bem como o documento original de identidade com foto para conferência;

5.2.2. Em se tratando de procurador, as empresas deverão credenciar um representante, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes específicos para praticar todos os atos inerentes ao procedimento licitatório em questão, **cópia do Estatuto ou Contrato Social devidamente autenticado ou acompanhado do original**, bem como o documento original de identidade com foto do representante para conferência.

5.3. Declaração, que ateste, sob as penas da lei, o enquadramento da empresa nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, bem como CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa no 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. No entanto, verificada a ausência da declaração e certidão, a empresa não gozará dos benefícios elencados no item 3 (Anexo III).

5.4. Será admitido apenas um representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5.5. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

5.6. O credenciamento do licitante implica a responsabilidade legal do mesmo ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão presencial.

5.7. APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES “PROPOSTA” E “HABILITAÇÃO”. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e proposta comercial deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, fora dos envelopes.

6. Os envelopes deverão ser opacos e estar devidamente lacrados, constando externamente os seguintes dados:

<p>Envelope nº I – Proposta: Número do Processo; Número do Pregão; Dados do Fornecedor (nome, CNPJ, , endereço completo).</p>
<p>Envelope nº II – Habilitação: Número do Processo; Número do Pregão; Dados do Fornecedor (nome, CNPJ, endereço completo).</p>

6.1. **O envelope nº I – Proposta** deverá conter em seu interior a proposta devidamente preenchida em papel timbrado da empresa através de processo de informática, de forma clara e legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal da empresa ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

6.1.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome da licitante, endereço completo, número do CNPJ e nº da Inscrição Estadual;
- b) Número do Processo e número do Pregão;
- c) Preço unitário e total para cada item e lote em moeda corrente nacional, em algarismo com no **máximo duas casas decimais**, sem qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- d) Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante exigências editalícias;
- e) Inclusão de todas as despesas que influenciem nos custos, tais como: despesas com tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.
- f) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão;

- g) Os serviços ofertados deverão ser de qualidade e atender aos padrões de mercado, de acordo com as normas pertinentes.
- h) O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável;
- i) Número da Conta Bancária e e-mail para efetuação da transação financeira.

6.1.2. Após o certame, o licitante vencedor também deverá enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços readequada, originária da etapa de lances no prazo de 24 horas, devidamente preenchida em papel timbrado da empresa através de processo de informática, em via rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, sob pena de não homologação do processo.

6.2. Os itens de propostas que eventualmente contemplem serviços que não correspondam às especificações ou quantidades contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsideradas.

6.3. Poderão ser admitidos pelo pregoeiro erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da administração.

6.4. **O envelope nº II – Habilitação** deverá conter em seu interior os seguintes documentos devidamente autenticados ou acompanhados de seus originais:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- e) Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;
- f) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
- g) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
- h) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da

- -

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT);

j) Certidão negativa de falência e concordata, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

k) Comprovação do fornecimento de objeto compatível com as características do objeto da presente licitação, por meio de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

l) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação (Anexo III);

m) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo III).

n) Declaração de desimpedimento em contratar com a administração pública;

6.5. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade.

6.6. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

6.7. Não serão consideradas válidas cópias extraídas de cópias autenticadas.

6.8. As cópias dos documentos poderão ser autenticadas, desde que apresentadas junto aos documentos originais, **no ato de abertura dos envelopes** pelo representante do órgão municipal com chancela própria.

6.9. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

6.10. Fica assegurado o prazo de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

6.11. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7 – ABERTURA DA PROPOSTA E JULGAMENTO

7.1. O Pregoeiro dará início à Sessão Pública do Pregão Presencial, na data e horário previamente designados, emitindo breve explanação acerca do objetivo da realização do certame licitatório, iniciando o credenciamento dos interessados presentes.

7.2. Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, e em separado os envelopes de proposta e habilitação.

7.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

7.4.1. Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no Edital;

7.4.2. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

7.4.3. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital;

7.4.4. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

7.5. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, observados os seguintes critérios:

7.5.1. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

7.5.2. Em não havendo pelo menos 03 (três) na condição definida no subitem 7.5.1., serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até no máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.6. Para efeito de seleção será considerado o preço global do Lote.

8 - FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O Pregoeiro convidará individualmente e de forma ordenada as licitantes selecionadas a formular lances, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, sendo assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.2. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço por item, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 100,00 (cem reais). A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço global do Lote.

8.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar.

8.4. A etapa de lances para cada lote será encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, considerando-se que este período não seja superior a 10 minutos. Excedendo-se o tempo determinado e em não havendo todos os participantes declinado, determinará o Pregoeiro um período adicional de 5 minutos para que seja encerrada a etapa.

8.5. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas todas as propostas apresentadas na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.6. Poderá o Pregoeiro negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.7. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas.

8.8. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será determinado pelo Pregoeiro a abertura do envelope de nº 2, contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

9.1.1. Verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

9.2. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo esta indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

9.4. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será declarada vencedora do certame.

9.5. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação e prova de conceito, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Até 02 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, protocolando ou encaminhando o ato tempestivamente na Unidade Gerencial Básica – Licitações – UGB - L, situado a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, Cep 19820-000, cabendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.

10.1.1. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

10.2. Não serão reconhecidas impugnações do Edital por fax ou e-mail, somente por escrito, em original, protocolados nesta Prefeitura, e dentro dos respectivos prazos legais.

10.3. Acolhida a impugnação contra o Edital que implique em alteração do mesmo, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

10.4. A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro na Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Tarumã.

10.5. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste pregão até o trânsito em julgado pertinente à decisão.

10.6. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega das propostas, o Pregoeiro poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do Edital que não influenciem na elaboração das propostas de preços. Estas modificações serão feitas mediante a emissão de errata, e será publicada no site da Prefeitura Municipal de Tarumã.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02, devendo o licitante manifestar, após o término da sessão, motivadamente sua intenção de interpor recurso, registrando em ata a síntese de suas razões, devendo juntar memoriais no prazo de três (03) dias úteis, ficando os demais licitantes convocados a apresentar contrarrazões em igual número de dias (03), que contarão a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, e-mail ou correios.

11.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12 – ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que forem cumpridas todas as exigências deste edital e seus respectivos anexos, e quando não houver recurso.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

12.3. Homologado pelo prefeito Municipal, o resultado classificatório, os preços serão fixos e irrevogáveis.

13 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

13.1. Prestar os serviços licitados em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

13.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Prefeitura;

13.4. Arcar com eventuais prejuízos causadas a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

13.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

13.6. Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

13.7. Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, produtos e serviços que não estiverem em conformidade;

13.8. Prestar os serviços com as especificações de qualidade postas no presente edital.

13.9. Serão ainda de responsabilidade da contratada todos as ferramentas, equipamentos e consumíveis para a perfeita execução dos serviços. A mão de obra empregada na execução dos serviços deverá ter experiência nas áreas específicas de atuação.

14 - PRAZO DE ENTREGA

14.1. A prestação do serviço objeto deste instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da assinatura do termo contratual, nos termos definidos no Memorial Descritivo e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Governo.

14.2. As requisições deverão conter:

14.2.1. Identificação da unidade requisitante;

14.2.2. Número do Processo e número da licitação (ex. Processo nº 018/2018 – Pregão Presencial nº 009/2018);

14.2.3. Número do Contrato;

14.2.4. Identificação da contratada;

14.2.5. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

14.2.6. Data e horário para execução dos serviços.

14.3. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

14.4. Os serviços deverão ser prestados nos prazos estabelecidos no cronograma, contados da data de recebimento da respectiva requisição.

14.5. O objeto da presente licitação, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

14.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 04 horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;

14.5.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 04 horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

14.7. A Prefeitura Municipal de Tarumã/SP, reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

15 - CONTRATO

15.1. Homologada a licitação, a Secretaria Municipal de Governo, convocará no prazo de até 10 (dez) dias, o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura original do contrato, sob pena de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº. 8.666/93, bem como a suspensão temporária pelo prazo de doze (12) meses.

15.2. Caso a empresa adjudicatária não assine o Contrato no prazo e condições estabelecidas, o Pregoeiro poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a revogação da licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei nº. 8.666/93.

15.3. O termo de contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

15.4. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

15.5. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

16 – DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

17 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de 1% ao mês, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

17.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

17.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

17.2.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências Editalícias e "contratuais" ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

17.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

17.3. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

17.4. A sanção de advertência de que trata o item 17.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

17.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE.

17.6. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a detentora da Ata vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

17.7. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

18 - RESCISÃO

18.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

19 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

02.01 - 04.122.0001.2000 - 3.3.90.39 - **009** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.01 - 04.122.0005.1001 - 3.3.90.39 - **037** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.02 - 04.122.0001.2102 - 3.3.90.39 - **058** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 04.122.0001.2005 - 3.3.90.39 - **143** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 04.122.0010.2015 - 3.3.90.39 - **155** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 04.122.0021.2113 - 3.3.90.39 - **165** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 15.452.0007.2007 - 3.3.90.39 - **183** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 18.541.0008.2009 - 3.3.90.39 - **200** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 20.601.0008.2008 - 3.3.90.39 - **205** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 20.601.0011.2016 - 3.3.90.39 - **215** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.122.0034.2075 - 3.3.90.39 - **223** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.361.0030.2052 - 3.3.90.39 - **273** (2) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.361.0030.2055 - 3.3.90.39 - **294** (2) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.361.0034.2071 - 3.3.90.39 - **325** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.364.0034.2072 - 3.3.90.39 - **342** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.365.0036.2046 - 3.3.90.39 - **364** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.365.0036.2047 - 3.3.90.39 - **373** (2) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 27.812.0031.2050 - 3.3.90.39 - **405** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.06 - 08.243.0017.2028 - 3.3.90.39 - **510** (5) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.06 - 08.244.0016.2024 - 3.3.90.39 - **523** (5) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.07 - 10.301.0027.2142 - 3.3.90.39 - **558** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.07 - 08.243.0001.2038 - 3.3.90.39 - **577** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.07 - 08.244.0001.2037 - 3.3.90.39 - **583** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.122.0022.2115 - 3.3.90.39 - **603** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.301.0025.2131 - 3.3.90.39 - **633** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.301.0027.2142 - 3.3.90.39 - **671** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.301.0028.2143 - 3.3.90.39 - **678** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.302.0024.2123 - 3.3.90.39 - **724** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.302.0024.2125 - 3.3.90.39 - **743** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica

5309 – Ficha Extra Orçamentária – Consignações

20 - PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento de cada fase do bem e ou serviço, mediante emissão de Nota Fiscal/Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

20.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20.3. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

21 - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

21.1. Os preços dos produtos ou serviços serão fixos e irrevogáveis.

22 - DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

22.2. Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.3. Desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

22.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93.

22.6. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Tarumã, Departamento de Suprimentos, situado a Rua Aroeira, nº 482 – Vila das Árvores, através de requerimento por escrito.

22.7. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital no endereço acima mencionado, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h30min às 17h00min ou pelo endereço eletrônico licitação@taruma.sp.gov.br. Maiores esclarecimentos através do tel: (18) 3373-7500 – ramal 9549 / 9530.

22.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

22.9. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Contratado para outras entidades.

22.10. O Município de Tarumã se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

22.11. Integram o presente Edital:

- 22.11.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 22.11.2. Anexo II – Minuta do Edital;
- 22.11.3. Anexo III – Modelo das Declarações necessárias;
- 22.11.4. Anexo IV - Endereços de Instalação.

22.12. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais,

trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

22.13. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão a disposição para retirada junto ao Departamento de Licitações, sito à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores, neste município de Tarumã, após a celebração do contrato.

22.14. Os atos referentes a este processo poderão ser comunicados aos proponentes por qualquer tipo de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, Jornal Local de grande circulação ou no Jornal Semanário distribuído no município de Tarumã.

22.15. Fica eleito o foro da Comarca de Assis para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

Tarumã SP, 23 de fevereiro de 2018.

LOUISE CAROLINE G. C. PRADO
PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO Nº. 018/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades de telefonia fixa (STFC), móvel pessoal (SMP), acesso dedicado a internet e acesso a internet móvel (modem).

A) APARELHOS EM COMODATO E QUANTIDADES

1. Franquia de 30.000 Minutos VC1 compartilhados para 100 linhas
2. 100 assinaturas, serviço zero intra-grupo, e serviço de controle de consumo.
3. A vencedora deverá fornecer a Prefeitura Municipal de Tarumã em regime de comodato, pelo período em que durar o contrato, aparelhos móveis novos e tecnologicamente atualizados, certificados pela ANATEL, fornecidos com bateria, carregador bi volt, cabo usb, e manuais em português, em quantidades e características especificadas neste anexo, que permitam o acesso ao serviço contratado, devendo ser recolhidos no momento do seu encerramento no estado em que se encontrarem.
4. Os aparelhos poderão ser habilitados à medida que ocorrerem efetivas demandas do Órgão Contratante.
5. Fornecimento de até 100 acessos individuais SMP para uso da Prefeitura Municipal de Tarumã.

B) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EXIGIDAS DOS APARELHOS E NO SERVIÇO

1. Tecnologia digital, podendo atender a qualquer dos sistemas: GSM (Global System for Mobile Communications) ou GSM GPRS/EDGE;
2. Frequência de operação entre 800 a 1990 MHz;
3. Permitir comunicação intragrupo local mesmo CNPJ sem limitação de uso e sem custo adicional.

C) Fornecimento em comodato de 18 Unidades de Aparelhos Perfil Administrativo

- GSM GPRS/EDGE (850/900/1800/1900 MHz) WCDMA HSDPA 14.4 MBPS/HSUPA 5.76 MBPS (850/900/1700/1900/2100 MHz)
- Tela touchscreen com display de 5 polegadas
- Memória interna de 16MB + compatível com cartão de memória
- Câmera de 13MP e gravação de vídeo
- Bluetooth
- Wi-Fi
- Conexão USB
- Rádio FM MP3 Player

D) Fornecimento em comodato de 07 Unidades aparelhos perfil executivo.

- GSM GPRS /EDGE (850 / 900 / 1800 / 1900 MHz) WCDMA HSDPA 14.4 MBPS/HSUPA 5.76 MBPS (850/1900 /2100 MHz)
- Tela touchscreen com display de 5,5 polegadas LCD
- Sistema operacional Windows 7.5
- Memória interna de 32GB + compatível com cartão de memória
- Câmera de 13MP e gravação de vídeo
- Bluetooth
- Wi-Fi

- Rádio FM e MP3
- Visualiza e edita arquivos Word, Excel, PowerPoint via Microsoft Office e visualiza Adobe PDF via Adobe Reader Markeplace (gratuito)
- Micro Sim Card

E) SERVIÇOS AGREGADOS OBRIGATÓRIOS, QUE DEVEM ESTAR INCLUÍDOS NOS PREÇOS:

- ✓ Identificador de chamadas;
- ✓ Caixa postal;
- ✓ Chamada em espera;
- ✓ Controle de Gastos para serviço de voz;
- ✓ Bloqueio por extravio e roubo;

1 Fornecer todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos aparelhos móveis, incluindo carregador bivolt 110/220 volts e manual de usuário em português.

2. A responsabilidade pela assistência técnica dos aparelhos é do fabricante.

3. Se comprovado que o defeito foi ocasionado por mau uso, o reparo ou substituição do aparelho ficara sob responsabilidade do órgão Contratante.

4. Manter Central de Atendimento operando 24 horas por dia durante sete dias da semana.

5. Não divulgar em serviços de informações nem em catálogos telefônicos os números dos telefones móveis, objeto da contratação.

6. Habilitar novas linhas, quando solicitadas pelo Contratante, no prazo máximo de 20 dias úteis.

7. Os aparelhos deverão ser substituídos por modelos superiores (ou similares) aos atuais a cada 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da assinatura do contrato, a critério da CONTRATANTE, quando da renovação do contrato.

LOTE 01 - INTERNET (01 link)					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	VI. Unit.	VI. Total
1	12	MÊS	<p>LINK DE ACESSO A INTERNET DEDICADO - Acesso de Internet dedicado bidirecional e simétrico na velocidade de 100Mbps para implantação de link de redundância, com as seguintes especificações:</p> <p>Acesso: O acesso deve ser obrigatoriamente fornecido em fibra óptica; Acesso bidirecional (tráfegar nos dois sentidos); Acesso simétrico (mesma velocidade nominal nos dois sentidos); Velocidade mínima de 96,8% da velocidade nominal; Disponibilidade média mensal de 99,2% (SLA); A CONTRATANTE não terá qualquer tipo de limitação quanto à quantidade (em bytes) e conteúdo da informação trafegada no acesso; Possuir taxa de perda de pacotes menor que 2 %; Latência média de 220 ms (do endereço da CONTRATANTE até a central da CONTRATADA); Fica vedada a utilização de rádios nas faixas de frequência de 2,4 GHz e 5,8 GHz, devido à poluição do espectro de frequência e interferência; Fornecimento de 6 endereços IP (V4);</p> <p>A CONTRATADA deverá possuir Termo de Autorização para a prestação de Serviço de</p>		

		<p>Comunicação Multimídia (SCM) outorgado pela ANATEL; A CONTRATADA deverá possuir Central de Atendimento funcionando 24hs através de chat, portal e 0800. A CONTRATADA deverá possuir um 0800 na Central de Atendimento. Em caso de defeito, início de atendimento em até 4 horas no máximo;</p> <p>Backbone: Ser um provedor de backbone ou possuir no mínimo dois contratos de acesso com provedores de backbone quando for um provedor de acesso local.</p> <p>Roteador O roteador deverá ser fornecido pela CONTRATADA com instalação, configuração e gerência; A configuração será executada para que a rede de computadores da CONTRATANTE possua acesso a internet; Possuir a quantidade mínima necessária de memória que atenda à velocidade e às funcionalidades deste item, em conformidade com as recomendações do fabricante; Possuir 01 (uma) porta de LAN a 10/100 Mbps que seja compatível com o padrão IEEE 802.3; as portas deverão ser fornecidas no padrão RJ-45; Todos os roteadores deverão ter capacidade para suportar o tráfego com banda completamente ocupada, sem exceder a 80% de utilização de CPU e memória; Responder por todas as normas definidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; Instalação.</p> <p>A CONTRATANTE disponibilizará os seguintes recursos para instalação do(s) equipamento(s) e infraestrutura: Tomada elétrica tripolar com tensão estabilizada 110v; Tubulação (dutos) desobstruída com fio guia; Cabeamento necessário do PT (ponto de terminação da rede da contratada) até o local onde serão instalados os equipamentos da solução; Toda a infraestrutura externa para a instalação, ativação e equipamentos (Cabos, equipamentos, conectores, etc.) do acesso à Internet dedicado não deverá gerar qualquer ônus para a CONTRATANTE; A instalação deve ser realizada no prazo de 90 (noventa) dias da data de recebimento pela Contratada da Autorização para Início dos Serviços. A CONTRATADA deverá fornecer e manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços de telecomunicações contratados; Quando solicitada, a CONTRATADA deverá demonstrar para análise as configurações dos roteadores instaladas no ambiente da CONTRATANTE.</p> <p>Gerenciamento da solução: A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE acesso a portal</p>		
--	--	---	--	--

			WEB com no mínimo as seguintes informações: Identificação do ponto de acesso e respectivo número do acesso; Velocidade do acesso; Informações do tráfego de entrada e saída; Taxa média de ocupação do link (throughput); Visualização de gráfico detalhando a utilização da banda. A solução de gerência da rede da CONTRATADA deverá atuar, de acordo com o Nível de Serviço (SLA), realizando acompanhamento dos defeitos e desempenho do serviço. Manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais; Estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços de telecomunicações contratados. Quando solicitada, a CONTRATADA deverá demonstrar para análise as configurações dos roteadores instaladas no ambiente a CONTRATANTE. Acesso a chave do protocolo SNMP para geração de gráficos MRTG.		
--	--	--	---	--	--

VALOR TOTAL "LOTE 01 - INTERNET":R\$0,00()

LOTE 02 - TELEFONIA FIXA (12 linhas)

Item	Qtde	Unid.	Descrição	VI. Unit.	VI. Total
1	144	UN	ASSINATURA MENSAL TELEFONIA FIXA		
2	12	UN	DISCAGEM DIRETA DE RAMAL DDR		
3	237.360	UN	MINUTO FIXO - FIXO (LOCAL) / CONEXÃO TERMINAL		
4	4.200	UN	MINUTO FIXO - FIXO INTER-REGIONAL		
5	82.920	UN	MINUTO FIXO - FIXO INTRA-REGIONAL		
6	1.140	UN	MINUTO FIXO - MÓVEL (LOCAL) VC1		
7	1.020	UN	MINUTO FIXO - MÓVEL INTER-REGIONAL (VC3)		
8	1.020	UN	MINUTO FIXO - MÓVEL INTRA-REGIONAL (VC2)		
9	240	UN	RAMAL DDR		

VALOR TOTAL "LOTE 02 - TELEFONIA FIXA":R\$0,00()

LOTE 03 - TELEFONIA MÓVEL (100 linhas)

Item	Qtde	Unid.	Descrição	VI. Unit.	VI. Total
1	1.200	UN	ASSINATURA MENSAL TELEFONIA MÓVEL		
2	59.880	UN	FRANQUIA DE MINUTOS VC1 MÓVEL - FIXO		
3	1.200	UN	FRANQUIA DE MINUTOS VC1 PARA A MESMA OPERADORA - ILIMITADO		
4	1.200	UN	FRANQUIA DE MINUTOS VC2 PARA A MESMA OPERADORA - ILIMITADO		
5	2.520	UN	FRANQUIA DE MINUTOS VC2 PARA FIXO		
6	9.600	UN	FRANQUIA DE MINUTOS VC2 PARA OUTRA OPERADORA		
7	1.200	UN	FRANQUIA DE MINUTOS VC3 PARA A MESMA OPERADORA - ILIMITADO		
8	2.748	UN	FRANQUIA DE MINUTOS VC3 PARA FIXO		
9	6.948	UN	FRANQUIA DE MINUTOS VC3 PARA OUTRA OPERADORA		
10	120.000	UN	FRANQUIA DE MINUTOS VCI PARA OUTRA OPERADORA		
11	1.200	UN	GETAO WEB		
12	12	UN	PACOTE DE DADOS 3G - 300MB SMARTPHONE		
13	216	UN	PACOTE DE DADOS 3G - 3GB SMARTPHONE		
14	24	UN	PACOTE DE DADOS 3G - 600MB SMARTPHONE		

15	120	UN	PACOTE DE DADOS 3G GOV 4G (MODEM INTERNET)		
16	1.200	UN	SERVIÇO ZERO TELEFONIA MÓVEL ILIMITADO		
17	1.200	UN	SMS ILIMITADO		
VALOR TOTAL "LOTE 03 - TELEFONIA MÓVEL": R\$0,00()					

Fornecedor: _____

CNPJ nº. _____

Valor Global: R\$ _____ (_____)

Validade da proposta : _____

Condições de pagamento : _____

Conta Bancária para pagamento: _____

_____, de _____ de 2018.

Carimbo da Empresa
Assinatura do
Responsável

Notas:

- O preço proposto será considerado completo e deverá abranger os custos relativos a todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, parafiscais e previdenciárias), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis trabalhistas e sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, licenciamentos, instalações, mobilização, transporte de material e pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada neste instrumento convocatório.
- As quantidades acima indicadas foram calculadas para a execução dos serviços correspondente ao período de 12 (doze) meses)
- Para o Lote 02, considerar apenas 01 (um) E1 - link de telefonia - com 20 (vinte) canais.

1. DEFINIÇÕES

1.1. SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP) - entende-se como sendo o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações, caracterizado por possibilitar a comunicação entre estações de uma mesma Área de Registro do SMP ou acesso a redes de telecomunicações de interesse coletivo.

1.2. PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS – entendido como Plano de Serviço de oferta obrigatória e não discriminatória a todos os Usuários ou interessados;

1.3. ASSINATURA - Valor fixo mensal devido pelo Usuário por ter ao seu dispor o SMP nas condições previstas no Plano de Serviço;

1.4. HABILITAÇÃO – ativação de Estação Móvel;

1.5. PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS – entendido como Plano de Serviço de oferta obrigatória e não discriminatória a todos os Usuários ou interessados;

1.6. PRESTADORA – entidade que detém autorização para prestar o serviço;

1.7. ROAMING – facilidade que permite a uma Estação Móvel Visitante acessar ou ser acessada pelo Serviço de Telefonia Móvel, em um sistema visitado;

1.8. VC1 M/M (Móvel/Móvel) – mesma operadora (Intragrupo): Para chamadas originadas e terminadas na área de registro do assinante. Chamadas entre assinantes do SMP do mesmo CNPJ.

1.9. VC1 M/F (Móvel/Fixo): Para chamadas originadas e terminadas na área de registro do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo

1.10. VC1 M/M (Móvel/Móvel) - mesma operadora: Para chamadas originadas e terminadas na área de registro do assinante. Chamadas entre assinantes do SMP da mesma operadora.

1.11. VC1 M/M (Móvel/Móvel) - outras operadoras: Para chamadas originadas e terminadas na área de registro do assinante. Chamadas entre assinantes do SMP de outras operadoras.

1.12. SERVIÇO DE MENSAGENS DE TEXTO (SMS) – Serviço que permite o recebimento e o envio de mensagens de texto a partir do próprio aparelho celular;

1.13. SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET (WAP) – Serviço através do qual se pode, por meio de aparelhos específicos, acessar a Internet.

1.14. SERVIÇOS TELEFONICO FIXO COMUTADO (STFC) é o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia. São modalidades do serviço telefônico fixo comutado destinado ao uso do público em geral o serviço local, o serviço de longa distância nacional e o serviço de longa distância internacional, nos seguintes termos:

1.15. O serviço local destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados situados em uma mesma Área Local;

1.16. O serviço de longa distância nacional destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados situados em Áreas Locais distintas no território nacional;

1.17. O serviços de dados 3G encartado no item 15 do Lote deste edital deverá ser prestado de forma limitada com a redução da velocidade após a utilização da franquia estimada.

ANEXO II (MINUTA DE CONTRATO)

"MINUTA DE TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NAS MODALIDADES DE TELEFONIA FIXA (STFC), MÓVEL PESSOAL (SMP), ACESSO DEDICADO A INTERNET E ACESSO A INTERNET MÓVEL (MODEM), QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A PESSOA JURÍDICA _____, NA FORMA ABAIXO":

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º. 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, n.º 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º. _____, e Inscrição Estadual n.º. _____, com sede a Rua _____ n.º. _____ - _____, no município de _____, Estado de _____, neste ato representado por seu representante legal o Senhor _____, portador da Cédula de Identidade (RG) n.º. _____, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado a Rua _____ n.º. _____ - _____, no município de _____, Estado de _____, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância ao Pregão Presencial n.º. 009/2018, homologado em _____, com fulcro na Lei n.º. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Decreto Municipal n.º. 358/2003, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades de telefonia fixa (STFC), móvel pessoal (SMP), acesso dedicado a internet e acesso a internet móvel (modem)**, de acordo com as especificações e quantitativos contidas no ANEXO I – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR E PAGAMENTO

2.1. O Contratante obriga-se a pagar pela prestação dos serviços ora descrito na cláusula anterior a importância de R\$ _____ (_____), conforme planilha adjudicatória e Memorial Descritivo.

2.2. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

2.3. O pagamento estará efetuado mensalmente, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto

ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

2.4. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.5. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

2.6. O presente contrato não sofrerá reajustes de preços, durante toda sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

3.1. Este termo de contrato terá vigência 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3.2. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

3.3. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA QUARTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PRAZO

4.1. A prestação do serviço objeto deste instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do termo contratual, nos termos definidos no Memorial Descritivo (Anexo I) e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Governo.

4.1.1. A primeira requisição, acompanhada do respectivo cronograma de entrega, será fornecida a fornecedora, sendo que o mesmo não fixará prazo inferior a 60 (sessenta) dias úteis para início do fornecimento.

4.1.2. Os aparelhos em comodato deverão ser fornecidos à Prefeitura Municipal de Tarumã no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da assinatura do contrato, no endereço Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores, município de Tarumã, Cep 19.820-000.

4.2. O objeto da presente licitação, somente será aceita se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

4.2.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 04 horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;

4.2.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 04 horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços e da própria aquisição dos serviços.

4.4. As requisições dos serviços deverão conter:

4.4.1. Identificação da unidade requisitante;

4.4.2. Número do Processo e número da licitação (ex. Processo nº ____/2018 – Pregão Presencial nº ____/2018);

4.4.3. Número do Contrato;

4.4.4. Identificação da contratada;

4.4.5. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

4.4.6. Data e horário para execução dos serviços.

4.5. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

4.6. A Prefeitura Municipal de Tarumã/SP, reserva-se o direito de não receber os produtos/serviços em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. - Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas:

02.01 - 04.122.0001.2000 - 3.3.90.39 - **009** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.01 - 04.122.0005.1001 - 3.3.90.39 - **037** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.02 - 04.122.0001.2102 - 3.3.90.39 - **058** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 04.122.0001.2005 - 3.3.90.39 - **143** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 04.122.0010.2015 - 3.3.90.39 - **155** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 04.122.0021.2113 - 3.3.90.39 - **165** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 04.122.0010.2015 - 3.3.90.39 - **155** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 15.452.0007.2007 - 3.3.90.39 - **183** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 18.541.0008.2009 - 3.3.90.39 - **200** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 20.601.0008.2008 - 3.3.90.39 - **205** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.03 - 20.601.0011.2016 - 3.3.90.39 - **215** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.122.0034.2075 - 3.3.90.39 - **223** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.361.0030.2052 - 3.3.90.39 - **273** (2) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.361.0030.2055 - 3.3.90.39 - **294** (2) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.361.0034.2071 - 3.3.90.39 - **325** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.364.0034.2072 - 3.3.90.39 - **342** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.365.0036.2046 - 3.3.90.39 - **364** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 12.365.0036.2047 - 3.3.90.39 - **373** (2) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.04 - 27.812.0031.2050 - 3.3.90.39 - **405** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.06 - 08.243.0017.2028 - 3.3.90.39 - **510** (5) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.06 - 08.244.0016.2024 - 3.3.90.39 - **523** (5) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.07 - 10.301.0027.2142 - 3.3.90.39 - **558** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.07 - 08.243.0001.2038 - 3.3.90.39 - **577** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.07 - 08.244.0001.2037 - 3.3.90.39 - **583** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.122.0022.2115 - 3.3.90.39 - **603** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.301.0025.2131 - 3.3.90.39 - **633** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.301.0027.2142 - 3.3.90.39 - **671** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.301.0028.2143 - 3.3.90.39 - **678** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.302.0024.2123 - 3.3.90.39 - **724** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
02.08 - 10.302.0024.2125 - 3.3.90.39 - **743** (1) - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica
5309 – Ficha Extra Orçamentária – Consignações

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Fiscalizar e acompanhar a prestação do serviço objeto licitado;

6.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

6.1.3. Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela empresa contratada.

6.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da prestadora de serviço.

6.1.5. Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso ao local de execução dos serviços.

6.1.6. Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

6.1.7. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor público municipal, Sr.(a). _____, cargo _____, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____ e inscrito no CPF n.º _____, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

6.2. São obrigações da Contratada:

6.2.1. Prestar o serviço objeto licitado conforme especificações deste edital e memorial descritivo em consonância com a proposta de preço;

6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

6.2.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

6.2.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

6.2.6. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços.

6.2.7. Comparecer sempre que solicitado a Secretaria Municipal de Governo, órgão controlador, neste ato da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

6.2.8. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpolação judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Em caso de atraso injustificado na entrega dos serviços, sujeitar-se-á o licitante à multa de 1% ao mês, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

7.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº. 8.666/93.

7.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

7.2.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

7.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.2.5. Pela entrega do material/serviço em desacordo com o solicitado, poderá ser aplicada multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor correspondente a inadimplência, por infração, com prazo de até 03 (três) dias para efetiva adequação. Após 02 (duas) infrações e/ou o prazo de adequação, poderá também, ser anulado a nota de empenho e/ou contrato, e/ou ser imputada a licitante vencedora a pena de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

7.3. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

7.4. A sanção de advertência de que trata o item 7.2.2. poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos ao desenvolvimento dos serviços prestados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO

8.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente processo se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA DO FORO COMPETENTE

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro for, para dirimir eventuais dúvidas e / ou conflitos originados pelo presente Contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em cinco vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

_____, ____ de _____ de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

Empresa
Representante legal
Contratada

Testemunhas:

1. _____
Fernandes Baratela
RG nº 23.013.725-8 – SSP/SP

2. _____
Louise Caroline G. Cordeiro Prado
RG nº. 1.523.129 SSP/MS

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO (Fora do envelope).

Obs: Apresentar esta declaração acompanhada da CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL (Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil, conforme o caso).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2018 – Pregão Presencial nº. ____/2018, sob as penas da Lei, que a sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme disposição contida no item 3, do presente Edital.

DECLARO, outrossim, que a empresa não está enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC nº. 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO (Fora do Envelope).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2018 – Pregão Presencial nº. ____/2018, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação, e que somente entregará envelopes contendo a “PROPOSTA COMERCIAL” e “HABILITAÇÃO”.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO (Dentro do Envelope II).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2018 – Pregão Presencial nº. ____/2018, sob as penas da Lei, que inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame, uma vez que se fazem, até o presente momento, satisfeitas as exigências contidas no art. 27, da Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2018 – Pregão Presencial nº. ____/2018 para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, para fins do determinado no parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

E ainda, na qualidade de empregadora, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2018 – Pregão Presencial nº. ____/2018, sob as penas da Lei, que cumpre e está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR (Dentro do Envelope II)

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

Declaramos, sob pena de Lei, que a empresa(razão social/CNPJ) não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

_____, ____ de _____ de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

MODELO DE PROCURAÇÃO

- Eu,.....(sócio proprietário), residente na rua, na cidade de, portador da RG e CPF....., venho por meio desta, nomear o Senhor(a)....., portador do RG....., residente a rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o fim especial de representar a empresa, situada a rua (Avenida)....., nº, na cidade de, Estado de, CNPJ..... e Inscrição Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã, SP, no edital de Licitação....., Modalidade Pregão Presencial, nº, para efetuação de lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da minha empresa acima citada, inclusive para assinatura do Contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____ de _____ de ____

Ass.

ANEXO IV - ENDEREÇOS DE INSTALAÇÃO
PROCESSO Nº. 018/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades de telefonia fixa (STFC), móvel pessoal (SMP), acesso dedicado a internet e acesso a internet móvel (modem).

LOTE 01 - INTERNET (01 link)

QTD	DESCRIÇÃO DO LOCAL	ENDEREÇO DE INSTALAÇÃO
1	SECRETARIA DE AGRICULTURA	RUA ANDORINHAS, 336, VILA DOS PÁSSAROS - TARUMÃ SP

LOTE 02 - TELEFONIA FIXA (12 linhas)

QTD	TELEFONE	DESCRIÇÃO DO LOCAL	SECRETARIA	ENDEREÇO DE INSTALAÇÃO
1	3329-1495	CONSELHO TUTELAR	ASSISTÊNCIA SOCIAL	AV. TARUMÃ, 577 - CENTRO
1	3329-2210	CASA ABRIGO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R: ACÁCIAS, 389 - CENTRO
1	3329-1491	EMEFEI JOSÉ OZÓRIO DE OLIVEIRA	EDUCAÇÃO	AV. LÍRIOS, 600 - CENTRO
1	3329-1497	CENTRO COMUNITÁRIO CRECHE VILA CRISTAL	EDUCAÇÃO	R: DIAMANTE, 197 - VILA CRISTAL
1	3329-2080	EMEI HILDA H. MORRO	EDUCAÇÃO	R: LAMBARIS, 415 - DOURADOS
1	3329-3050	EMEFEI MARIA ANTONIA BENELLI	EDUCAÇÃO	R: SANTA CATARINA, 311 - BRASIL
1	3373-4500	PAÇO DAS ÁGUAS	ENCARGOS GERAIS	R: AROEIRA, 482 - ÁRVORES
1	3329-1020	UBS CENTRO	SAÚDE	AV. TARUMÃ, 360 - CENTRO
1	3329-1021	UBS CENTRO	SAÚDE	AV. TARUMÃ, 360 - CENTRO
1	3329-1493	PSF VILA DOURADOS	SAÚDE	AV. PARANÁ, 499 - DOURADOS
1	3329-2169	PSF CENTRO	SAÚDE	R: PERNAMBUCO, 30 - VILA DOS ESTADOS
1	3329-2561	PSF VILA DOS PÁSSAROS	SAÚDE	R: ROUXINOL, 11 - PÁSSAROS

LINK DE TELEFONIA FIXA E1

QTD	DESCRIÇÃO DO LOCAL	ENDEREÇO DE INSTALAÇÃO
1	SECRETARIA DE AGRICULTURA	RUA ANDORINHAS, 336, VILA DOS PÁSSAROS - TARUMÃ SP